



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.º SL

Aos 10 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 138, de 3 de Outubro;*
3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 476/XIII (3.ª) - «Solicitam o «Reconhecimento e valorização dos enfermeiros da administração pública como profissionais a exercer funções em condições particularmente penosas» - Relator: Deputado Luís Soares;*
4. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 494/XIII (3.ª) - Solicita que seja instituída a «Carta para a participação pública em saúde» - Relatora: Deputada Catarina Marcelino;*
5. *Outros assuntos.*

*10:30 Audiência da Sociedade Portuguesa de Hipertensão (SPH), para debater temas como a baixa adesão à terapêutica e o excessivo consumo de sal.*

*11:30 Audiência da APOHSJ - Associação Pediátrica Oncológica, sobre a construção da Ala Pediátrica do Hospital S. João no Porto.*

#### 1. Informações

O Presidente deu informações sobre como decorreu a visita da Comissão a unidades de saúde do distrito de Beja, que teve lugar nos dias 8 e 9 de outubro, em que foram feitas reuniões com dirigentes e profissionais de vários serviços do Hospital José Joaquim Fernandes, da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, dos Centros de Saúde de Beja e de Castro Verde e ainda reuniões com a ARS Alentejo, com a Ordem dos Médicos e Sindicatos do setor. Lembrou, igualmente, que no próximo dia 23 de outubro a Comissão reunirá no CHBV, em Aveiro, pedindo aos Deputados que irão estar presentes que informem o serviço de apoio com brevidade.

#### 2. Apreciação e votação da ata n.º 138, de 3 de Outubro

A ata n.º 138, relativa a 3 de outubro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.ª SL

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 476/XIII (3.ª) - «Solicitam o reconhecimento e valorização dos enfermeiros da administração pública como profissionais a exercer funções em condições particularmente penosas» - Relator: Deputado Luís Soares

O Deputado Luís Soares apresentou o Relatório Final da Petição n.º 476, que solicita «o reconhecimento e valorização dos enfermeiros da Administração Pública como profissionais a exercer funções em condições particularmente penosas», dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e referindo a realização da audição dos peticionários, considerando assim que está reunida a informação suficiente para que a Petição possa prosseguir a sua tramitação e sendo de parecer que o Relatório deverá ser enviado ao PAR, para agendamento da Petição em plenário, e aos peticionários, para conhecimento.

A Deputada Isaura Pedro disse entender que o Relatório é claro, reservando o PSD a sua posição para plenário. Uma vez que o Relatório é omissivo quanto a esse ponto, perguntou se havia sido pedida informação ao Ministro da Saúde e se tinha ou não sido obtida resposta.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou acompanhar o Relatório, sendo que a discussão terá lugar em plenário.

A Deputada Isabel Galriça Neto manifestou a opinião de que o Relatório é factual e objetivo, sendo contudo importante saber se houve ou não resposta do Ministro a um pedido de informação. Reserva a sua posição para o plenário.

A Deputada Carla Cruz disse que acompanha o Relatório, que é factual, e que a falta de reconhecimento destes profissionais não é de agora, vem de há muitos anos, sendo necessário repor o pagamento de «horas de qualidade», que já vigorou.

Em resposta às questões colocadas, o Deputado Luís Soares informou que havia sido pedida informação ao Ministro da Saúde, que ainda não respondeu.

O Deputado Ricardo Batista Leite solicitou que fosse acrescentada essa referência no Relatório, o que foi aceite pelo Relator.

O Presidente colocou o Relatório Final à votação, com o aditamento referido, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.ª SL

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 494/XIII (3.ª) - Solicita que seja instituída a «Carta para a participação pública em saúde» - Relatora: Deputada Catarina Marcelino

A Deputada Catarina Marcelino apresentou o Relatório Final sobre a Petição n.º 494, que tem por objeto a instituição de uma «Carta para a participação pública em saúde», referindo o seu objeto, procedendo à sua análise, explicando as diligências efetuadas, designadamente a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, e respetiva resposta. Concluiu com o parecer de que, estando reunida a informação suficiente para que a Petição possa prosseguir na sua tramitação, deve este Relatório ser enviado ao PAR, para agendamento da Petição em plenário, e aos peticionários, para conhecimento.

A Deputada Ana Oliveira saudou a Relatora pela sua objetividade, realçando a importância da participação dos cidadãos e reservando o PSD a sua posição para plenário.

O Deputado Moisés Ferreira disse ser preciso garantir que as possibilidades de participação dos cidadãos são mesmo aproveitadas, e que essa participação existe também na gestão dos equipamentos públicos. Acompanha o Relatório, bem como o pedido feito na Petição.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse acompanhar também o Relatório, reservando para plenário a sua posição.

A Deputada Carla Cruz manifestou a opinião de que o Relatório é fatural, pelo que o votará favoravelmente, reservando a sua posição para plenário. Considera que os cidadãos devem ser ouvidos e participar enquanto utentes nos diferentes serviços do SNS.

O Relatório Final foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

10:30 Audiência da Sociedade Portuguesa de Hipertensão (SPH), para debater temas como a baixa adesão à terapêutica e o excessivo consumo de sal

O Presidente da Sociedade Portuguesa de Hipertensão, Carvalho Rodrigues, fez-se acompanhar nesta audiência pelo Presidente eleito para o próximo biénio, Vítor Paixão Dias.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.ª SL

O Presidente deu a palavra ao Presidente da SPH, que fez uma apresentação em power point, abordando os temas que estão na base do pedido de audiência, como os fatores de risco que são causa de morte, a modificação dos hábitos em termos de consumo de sal depois da aprovação da Lei n.º 75/2009, os objetivos e linhas condutoras da atividade da SPH, os resultados obtidos nesta década e as propostas concretas feitas em 2014 e 2015 nos Fóruns de Hipertensão. Hierarquizou o que considera serem as prioridades nesta área: rotulagem de embalados com as cores dos semáforos e uma nova lei de sal no pão. Entende que devem ser privilegiadas medidas motivadoras, ou seja, entende que é preferível estabelecer benefícios a criar taxas.

Usaram da palavra, para comentar e colocar questões, os Deputados José António Silva, que perguntou se a SPH concorda com a taxação dos produtos com excesso de sal e que medidas poderiam ser tomadas num curto prazo; António Sales, que disse saber que existem dois programas, *sopa.com* e *pão.com*, perguntando se têm feito a sua monitorização e que evolução houve nos comportamentos; Moisés Ferreira, que quis saber se a SPH tem acompanhado as consequências da criação da taxa sobre o açúcar e se isso tem modelado o comportamento da indústria; Isabel Galriça Neto, que perguntou que ideia têm sobre a fiscalização e aplicação da Lei n.º 75/2009 e se houve algum retrocesso neste Governo relativamente a compromissos assumidos entre o anterior Governo e a DGS; Carla Cruz, que perguntou em que medida a utilização de rótulos com cores não poderá ser indutora de comportamentos que levem a uma alimentação mais pobre, porque menos completa.

O Presidente da SPH prestou os esclarecimentos solicitados, referindo que a Sociedade foi vetada pelo Ministro para a monitorização dos programas *sopa.com* e *pão.com*, pelo que não os acompanha. Pensa que foi eficaz a redução do sal no pão, mas já é mais difícil conseguir resultados no que respeita à sopa, pelo que é necessário ouvir o setor. Quanto ao sucesso das medidas de taxação do açúcar, só se saberá daqui a 10 anos. Em suma, defende medidas como a rotulagem por cores e uma nova lei de redução do sal no pão, como prevenção e, para quem já está doente, será preciso conseguir melhor adesão à terapêutica.

O Presidente agradeceu a presença e as informações disponibilizadas.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.ª SL

#### 11:30 Audiência da APOHSJ - Associação Pediátrica Oncológica, sobre a construção da Ala Pediátrica do Hospital S. João no Porto

O Presidente da APOHSJ Associação Pediátrica Oncológica, Jorge Moreira Pires, fez uma intervenção inicial, na sequência do pedido de audiência dirigido à Comissão, referindo a falta de condições na Ala Pediátrica do HSJ, facultando fotografias sobre essas condições e reiterando a urgência na construção de novas instalações. Disse que a falta de condições não é só relativamente às instalações, mas também no que respeita às ambulâncias que transportam as crianças doentes. A quimioterapia pediátrica esteve ser feita em corredores, mas atualmente as condições melhoraram, com as adaptações que foram feitas. Considera que as prioridades são a construção de um novo hospital, justificando-se que seja ao abrigo de um regime excepcional, como aconteceu para os incêndios, e, enquanto não existir esse novo hospital, é urgente melhorar as condições das instalações existentes.

Usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Ricardo Batista Leite, que reconheceu o trabalho de cidadania que a APOHSJ tem realizado, dizendo têm sido feitas promessas pelo Governo que não são cumpridas, pois a resolução deste problema vem sendo adiada, e perguntou o que é que a Associação defende que deve ser feito entretanto; Fernando de Jesus, que disse que o projeto inicial tem 10 anos e precisa de ser revisto, o que este Governo está a fazer, porque as necessidades de há 10 anos não são as atuais, estando também a ser realizado um estudo jurídico para ver como é possível reconverter o projeto; Moisés Ferreira, que considera que a situação vem da legislatura anterior, mas não se pode arrastar mais, e que a solução passa pelo financiamento público, para garantir a obra, o que não acontecia com o financiamento privado, que se propunha ir angariando o dinheiro à medida que decorria a construção, pelo que entende que é preciso garantir que as atuais instalações provisórias sejam requalificadas, que o projeto para as novas instalações seja concluído rapidamente e que logo que seja aprovado se lance a obra. Aliás, o P.JL do BE que propõe que as entidades do SNS sejam retiradas da lei dos compromissos pode ajudar a agilizar o processo; Pedro Mota Soares, que agradeceu todas as informações, considerando que o Ministro das Finanças tratou desta questão com insensibilidade, acrescentando que o CDS-PP fez aprovar uma Resolução que pedia a abertura urgente de todos estes procedimentos e perguntando se o projeto antigo já foi revisto pelo atual CA, o que pensa sobre a criação de um GT para estudar



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.ª SL

a questão e o que tem de ser feito para melhorar as atuais instalações; Jorge Machado, que disse não ver como um retrocesso o despacho que visa fazer avançar os aspetos burocráticos, que considera que o anterior Governo se desresponsabilizou atirando as responsabilidades para os privados, o que criou uma situação difícil, e que é preciso fazer as atualizações no projeto antigo, adaptá-lo e ultrapassar os constrangimentos, sendo que o PCP tudo fará para que a obra avance e sejam, entretanto, feitas as requalificações.

O Presidente da APOHSJ respondeu às questões formuladas, salientando que o projeto não tem 10 anos, pois é de 2012 e explicando quais as obras que entende serem necessárias para requalificar as instalações.

Numa 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Ricardo Batista Leite, Renato Sampaio, Moisés Ferreira, Pedro Mota Soares e Jorge Machado, os quais foram prestados pelo Presidente da APOHSJ.

O Presidente agradeceu a presença e as informações disponibilizadas.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo ser acedidos nestes [links](#) o [vídeo/gravação da audiência da SPH](#) e o [vídeo/gravação da audiência da APOHSJ](#).

Palácio de São Bento, 10 outubro 2018.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 139/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
José Luís Ferreira  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro  
Fernando de Jesus  
Jorge Machado  
Pedro Mota Soares  
Renato Sampaio

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Ângela Guerra

